

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO
PORTUÁRIA - EMAP

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores da
Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
São Luís - MA

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP ("Empresa" ou "EMAP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos e possíveis efeitos, dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Ativo intangível

Não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos o saldo registrado na Rubrica "Intangível", incluído no balanço patrimonial no valor total de R\$ 25.555 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 25.620 mil em 31 de dezembro de 2021), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 17 às demonstrações contábeis. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo de intangível registrado no balanço patrimonial, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Contabilização de Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Empresa reconheceu Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") no valor de R\$ 43.659 mil, na Rubrica "Despesas financeiras". Todavia, conforme Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, o JCP é instituto criado pela legislação tributária, incorporado ao ordenamento societário brasileiro por força da Lei nº 9.249/95, cujo tratamento contábil deve seguir o tratamento dado ao dividendo obrigatório.

Reconhecimento de receita de contrato de arrendamento

Em abril de 2021, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) divulgou o resultado dos leilões nºs 06/2020, 07/2020, 08/2020 e 09/2020, referentes aos códigos de identificação IQI03, IQI11, IQI12 e IQI13, respectivamente, localizados no Porto de Itaqui, os quais totalizaram um Valor da Outorga no montante de R\$ 216.300 mil, cujo montante correspondente aos 25% do Valor da Outorga, definido na cláusula nº 27.2.2 dos respectivos editais, foi pago e contabilizado, pela Empresa, na Rubrica “Receita” em 2021, como obrigação prévia à celebração dos Contratos de Arrendamento, sendo o restante do Valor da Outorga a ser pago em cinco parcelas anuais nas condições previstas nos respectivos contratos de arrendamento, assinados em agosto de 2021, com prazo de 20 anos contados da data de celebração do Termo de Aceitação Provisória e Permissão de Uso de Ativos. Conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, ainda que a taxa inicial não restituível se refira à atividade que a Entidade é obrigada a empreender na celebração do contrato, ou próximo a ela, para cumprir o contrato, essa atividade não resulta na transferência de bem ou serviço prometido ao cliente. Em vez disso, a taxa inicial é um pagamento antecipado por bens ou serviços futuros e, portanto, deve ser reconhecida como receita quando esses bens ou serviços forem fornecidos.

Obras em andamento - Recursos próprios

Não foi possível confirmar ou verificar por meios alternativos o saldo de obras em andamento decorrente de recursos próprio, incluído no balanço patrimonial, no valor total de R\$ 320.145 mil em 31 de dezembro de 2022, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 16 às demonstrações contábeis. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes em relação ao saldo mencionado registrado no balanço patrimonial, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Empresa, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de maio de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 CE 001465/F-4 - S - MA

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'André'.

André Custódio Nogueira
Contador 1 PR-057107/O-2 - S - MA

Empresa Maranhense de Administração Portuária-EMAP

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022

Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Balanco patrimonial | 9 |
| Demonstrações do resultado | 10 |
| Demonstrações do resultado abrangente | 11 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 12 |
| Demonstrações do fluxo de caixa – Modelo indireto | 13 |
| Demonstrações do valor adicionado | 14 |
| Notas explicativas | 15 |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

| Ativo | | | | Passivo | | | |
|---------------------------------------|--------------|-------------------|-------------------|---|--------------|-------------------|-------------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 | | Notas | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 10 | 235.366 | 190.233 | Fornecedores | 18 | 12.958 | 12.941 |
| Valores de Terceiros | 11 | 1.404 | 1.283 | Folha de pagamento/Provisões/Encargos | | 6.791 | 5.902 |
| Contas a receber de clientes | 12 | 20.552 | 13.407 | Impostos e contribuições a recolher | 19 | 7.838 | 4.962 |
| Almoxarifado | | 248 | 211 | Imposto de renda e contribuição social a recolher | | 1.273 | - |
| Impostos e contribuições a recuperar | 13 | 2.972 | 972 | Juros sobre capital próprio | | 147.094 | 103.434 |
| Outras contas a receber | | 473 | 542 | Provisão participação nos resultados | | 9.304 | 7.199 |
| Direitos de Outorga | 14 | 32.445 | - | Arrendamento Tegram a Apropriar | 21 | 6.081 | 6.081 |
| | | | | Outras contas a pagar | 22 | 7.289 | 10.347 |
| | | | | Outorgas a Apropriar | 14 | 32.445 | - |
| Total do ativo circulante | | 293.460 | 206.648 | Total do passivo circulante | | 231.072 | 150.864 |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Contas a receber de clientes. | 12 | - | 217 | Arrendamento Tegram a Apropriar. | 21 | 79.561 | 85.642 |
| Depósitos Judiciais | 15 | 4.642 | 5.514 | Convênios a comprovar | 23 | 304.210 | 315.979 |
| Impostos e contribuições a recuperar. | 13 | 13.576 | 13.576 | Provisão para contingências | 20 | 646 | 637 |
| Direitos de Outorga. | 14 | 129.780 | - | Outorgas a Apropriar. | 14 | 129.780 | - |
| Bens de Terceiros - Bens da União | 16 | 1.027.443 | 945.720 | | | | |
| Intangível | 17 | 25.555 | 25.620 | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 1.200.995 | 990.647 | Total do passivo não circulante | | 514.197 | 402.258 |
| | | | | Patrimônio Líquido | | | |
| | | | | Capital Social | 24 | 370.668 | 370.668 |
| | | | | Reservas e Retenção de Lucros | | 378.518 | 273.505 |
| | | | | Total do patrimônio líquido | | 749.187 | 644.173 |
| Total do ativo | | 1.494.456 | 1.197.295 | Total do passivo | | 1.494.456 | 1.197.295 |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais)

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|---|--|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Receita líquida | 379.406 | 335.690 |
| Custos | (101.666) | (81.574) |
| Lucro bruto | 277.740 | 254.116 |
| Despesas gerais e administrativas | (93.598) | (71.959) |
| Resultado financeiro | (21.896) | (19.634) |
| Receitas Financeiras | 23.323 | 6.773 |
| Despesas Financeiras | (45.219) | (26.407) |
| Resultado antes dos tributos sobre o lucro | 162.247 | 162.523 |
| Tributos sobre o Lucro | (57.233) | (52.582) |
| (-) Provisão para Contribuição Social | (15.156) | (14.092) |
| (-) Provisão para IRPJ | (42.076) | (38.490) |
| Lucro líquido do exercício | 105.014 | 109.941 |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais)

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>105.014</u> | <u>109.941</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de resultados abrangentes do exercício | <u><u>105.014</u></u> | <u><u>109.941</u></u> |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais)

| | Reserva de Lucros | | | | Lucros acumulados | Total |
|---|-------------------|---------------|-----------------------------|------------------------------|-------------------|----------------|
| | Capital Social | Reserva Legal | Reserva de Incentivo Fiscal | Reserva de lucros a realizar | | |
| Em 31 de Dezembro de 2020 | 370.668 | 21.982 | 11.676 | (129.906) | (0) | 534.232 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 109.941 | 109.941 |
| Constituição de reserva legal | - | 5.497 | - | - | (5.497) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | 9.875 | - | (9.875) | - |
| Constituição de reserva de lucros | - | - | - | 94.569 | (94.569) | - |
| Em 31 de Dezembro de 2021 | 370.668 | 27.479 | 21.551 | 224.474 | (0,00) | 644.173 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 105.014 | 105.014 |
| Constituição de reserva legal | - | 5.251 | - | - | (5.251) | - |
| Constituição de reserva de incentivo fiscal | - | - | 9.887 | - | (9.887) | - |
| Constituição de reserva de lucros | - | - | - | 89.876 | (89.876) | - |
| Em 31 de dezembro de 2022 | 370.668 | 32.730 | 31.438 | 314.350 | (0) | 749.187 |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais)

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 105.014 | 109.941 |
| Imposto de renda | 42.076 | 38.490 |
| Contribuição social | 15.156 | 14.092 |
| Depreciação e amortização | 6.337 | 5.271 |
| Alienações e/ou baixa em Bens de Terceiros - Bens da União | 130 | - |
| Reversão de contingências | 9 | (98) |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | 168.721 | 167.696 |
| Cientes | (6.928) | (1.267) |
| Almoxarifado | (37) | (10) |
| Impostos e contribuições a recuperar | (2.000) | (2.169) |
| Valores de Terceiros | (122) | (166) |
| Outros créditos a receber | 69 | (133) |
| Depósitos Judiciais | 872 | (1.651) |
| Variações nas contas do ativo circulante e não circulante | (8.146) | (5.395) |
| Fornecedores | 18 | 4.963 |
| Obrigações estimadas, folhas de pagamento | 889 | 611 |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.876 | 728 |
| Tributos sobre o lucro | (55.960) | (52.582) |
| Participação nos lucros | 2.106 | 1.131 |
| Receita diferida | (6.081) | (6.081) |
| Outras contas a pagar | (4.940) | 5.756 |
| Variações nas contas do passivo circulante e não circulante | (61.092) | (45.474) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 99.483 | 116.826 |
| Aquisições em Bens de Terceiros - Bens da União | (97.486) | (47.172) |
| Aquisições no ativo intangível Próprio | (523) | (918) |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimentos | (98.010) | (48.090) |
| Juros sobre capital próprio | 43.659 | 25.643 |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | 43.659 | 25.643 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 45.133 | 94.379 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 190.233 | 95.854 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 235.366 | 190.233 |
| Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa | 45.133 | 94.379 |

Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de
(Em milhares de Reais)

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|-----------------|
| Receitas | 432.373 | 381.807 |
| Receita da operação portuária | 260.098 | 201.464 |
| Receita de arrendamento | 171.884 | 179.521 |
| Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa/Reversão | (35) | 801 |
| Outras receitas | 428 | 22 |
| Insumos adquiridos de terceiros | (103.827) | (75.707) |
| Custos dos serviços prestados | (64.197) | (50.188) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (39.631) | (25.519) |
| Valor adicionado bruto | 328.546 | 306.100 |
| Depreciação, amortização e exaustão | (6.337) | (5.271) |
| Valor Adicionado líquido produzido pela entidade | 322.210 | 300.829 |
| Valor adicionado recebido em transferências | | |
| Receitas financeiras | 24.461 | 7.104 |
| Valor adicionado total a distribuir | 346.670 | 307.933 |
| Distribuição do valor adicionado | 346.670 | 307.933 |
| Pessoal | 73.439 | 62.914 |
| Remuneração direta | 58.952 | 49.913 |
| Benefícios | 10.819 | 9.835 |
| F.G.T.S. | 3.667 | 3.166 |
| Impostos, taxas e contribuições | 122.999 | 108.671 |
| Federais | 109.944 | 98.578 |
| Estaduais | 38 | 9 |
| Municipais | 13.017 | 10.083 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | |
| Despesas financeiras | 1.560 | 764 |
| Remuneração de capitais próprios | 148.673 | 135.584 |
| Juros sobre capital próprio | 43.659 | 25.643 |
| Lucro líquido do exercício | 105.014 | 109.941 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***1 Informações gerais e contexto operacional**

Empresa Maranhense de Administração Portuária (a “EMAP” ou a “Empresa”) é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, criada pela Lei Estadual nº 7.225, de 31/08/1998, publicada no Diário Oficial do Estado (DOE-MA) - Poder Executivo, em 10/09/1998, com SEDE e foro na cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão regida pelo seu Estatuto Social e pelas disposições legais vigentes, vinculando-se à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos (SEDEPE) conforme Lei Estadual n.º 11.727 de 25 de maio de 2022.

A EMAP tem por objeto social realizar, em harmonia com os planos e programas do Governo do Estado do Maranhão e do Governo Federal, a administração e exploração comercial de Portos e instalações portuárias no Estado do Maranhão, assim como exercer a atividade de autoridade portuária na forma prevista na Lei Federal n.º 12.815 de 05 de junho de 2013, em razão do Convênio de Delegação Nº 016/2000, do art. 52 da Lei Estadual n.º 9.340 de 28 de fevereiro de 2011 e do previsto na Lei n.º 11.013 de 24 de abril de 2019, contemplando critérios econômicos de viabilização dos investimentos e a estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado do Maranhão, e especificamente: administrar, operar, explorar e desenvolver o Porto Organizado do Itaqui, em São Luís, o Cais de São José de Ribamar em São José de Ribamar, os terminais de Ferry Boat da Ponta da Espera, em São Luís-MA, o terminal do Cujupe, em Alcântara – MA; e o Complexo Industrial e Portuário do Maranhão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

2 Base de preparação

As demonstrações contábeis da EMAP são de responsabilidade da administração, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa.

5 Principais práticas contábeis**5.1 Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- Estiverem disponíveis para realização imediata; e
- Tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem, por exemplo, os valores de equivalente caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis, aplicações financeiras em fundos de investimentos com baixo risco e resgate imediato.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

Os saldos contábeis das contas de Equivalentes de Caixa são conciliados com as informações fornecidas pelos bancos através dos extratos bancários e conferem com os mesmos.

5.3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. São classificados no ativo circulante, os valores a receber de clientes com prazo de recebimento igual a 12 (doze meses) ou menos, e no ativo não circulante os valores a receber que se realizarão em prazo maior.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***5.4 Subvenções Governamentais**

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Empresa. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

5.5 Bens de terceiros – Bens da União

Os itens de bens de terceiros (Bens da União) são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e perdas com ajuste ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo dos bens de terceiros inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, como também custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os ganhos e as perdas com alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O saldo das capitalizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para rubrica de “Bens de terceiros – Bens da União”, no ativo não circulante, após a conclusão, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

Embora estes bens estejam demonstrados no balanço, eles são bens reversíveis para a União, conforme determinação do Convênio de Delegação n.º 016/2000 e obedecem as regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021-ANTAQ.

Note-se que os bens cedidos pela CODOMAR para a EMAP, conforme previsto na Cláusula quinta Convenio de Delegação n.º 016/2000, estão registrados em Conta de compensação (R\$ 88.284).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***5.5.1 Custos Subsequentes**

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

5.5.2 Depreciação

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal, calculada pelo método linear considerando o custo do item e seu valor residual.

| <u>Espécie</u> | <u>Taxa Anual</u> |
|-----------------------------|--------------------------|
| Edificações portuárias | 4% |
| Móveis e utensílios | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 10% |
| Equipamentos marítimos | 10% |
| Veículos | 20% |
| Equipamentos de informática | 25% |

5.6 Arrendamento de áreas

Os contratos de arrendamentos de áreas estão baseados em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos de áreas para os quais a Empresa não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***5.7 Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, resultado do desenvolvimento de software ou de direitos contratuais ou de outros direitos legais. Os intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição, produção ou desenvolvimento de *software*, deduzido da respectiva amortização, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

O CPC 04 (R1) orienta que a contabilização de ativo intangível se baseia na sua vida útil. Um ativo intangível com vida útil definida deve ser amortizado, enquanto a de um ativo intangível com vida útil indefinida não deve ser amortizado.

5.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, serão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado.

5.9 Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Empresa possui ações judiciais cíveis e trabalhistas decorrentes de sua atividade operacional. As provisões são constituídas considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, sendo estas classificadas segundo seu grau de risco (provável, possível ou remota).

As provisões são revisadas e ajustadas levando em consideração as circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***5.10 Provisões para contingências**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes.

O Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC estabelece que:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- **Passivos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável:
 - (i) a estimativa do seu efeito financeiro;
 - (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e
 - (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

5.11 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

5.12 Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, originados no curso das atividades usuais da entidade, na forma de fluxos de entrada ou aumentos nos ativos ou redução nos passivos que resultam em aumento no patrimônio líquido, e que não sejam provenientes de aportes dos participantes do patrimônio.

6 Receita Líquida

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|---|--|-----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Receita bruta | 432.409 | 381.007 |
| Tarifas/Serviços | 260.098 | 201.464 |
| Arrendamento | 165.803 | 119.365 |
| Arrendamento TEGRAM | 6.081 | 6.081 |
| Arrendamento de Áreas IQI 03/11/12 e 13 | - | 54.075 |
| Outras Receitas | 428 | 22 |
| Deduções da receita | (53.003) | (45.316) |
| Impostos s/ Faturamento | (53.003) | (45.316) |
| Receita líquida | 379.406 | 335.690 |

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve variação positiva de 13,5% na Receita Bruta em relação ao exercício do ano anterior. Este incremento deve-se principalmente às movimentações de carga geral, celulose, ferro gusa, clínquer, cobre, milho, soda cáustica, derivados de granel líquido e receitas de arrendamentos provenientes da outorga variável na movimentação de grãos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Cabe destacar que a variação ocorrida no grupo “Outras Receitas” decorre de alienação (venda) de bens inservíveis diversos (equipamentos e materiais diversos) de propriedade da EMAP ocorrida em fevereiro de 2022 e conforme disposto no Edital de Licitação LRE Presencial nº 002/2021-EMAP.

Um outro destaque relevante que contribuiu para essa variação positiva da receita, no exercício 2022, foi a aplicação das regras do novo tarifário no Porto Itaqui instituído por meio da Portarias nº 209/2021-PRE, 210/2021-PRE e 237/21-PRE vigentes a partir de 29 de dezembro de 2021.

7 Custos

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|-------------------------------------|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Custos com pessoal | 37.469 | 31.386 |
| Custos com infraestrutura portuária | 15.811 | 11.619 |
| Custos gerais | 42.074 | 34.243 |
| Custos com materiais | 642 | 882 |
| Custos com serviços essenciais | 2.494 | 2.541 |
| Outros custos | 3.176 | 903 |
| Total | 101.666 | 81.574 |

Os Custos em dezembro de 2022 no demonstrativo acumulado, apresentaram aumento de 24,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para Custos com pessoal, Custos com infraestrutura portuária e Custos gerais.

8 Despesas gerais e administrativas

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | |
|-------------------------------|--|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Pessoal/encargos e benefícios | 47.537 | 41.943 |
| Despesas gerais | 22.413 | 18.740 |
| Materiais | 1.361 | 448 |
| Serviços essenciais | 706 | 597 |
| Outras (receitas) despesas | 15.089 | 4.954 |
| Depreciação e Amortização | 6.337 | 5.271 |
| Total | 93.598 | 71.959 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No quadro de despesas administrativas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve um aumento de 30,1% comparado ao mesmo período do ano anterior, com destaque para Pessoal/Encargos e benefícios, Despesas gerais, Materiais e “Outras (receitas) despesas”.

9 Tributos sobre o lucro

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada na tabela da alíquota efetiva a seguir:

| | Exercícios findos em 31 de dezembro de | | | |
|--|--|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | | 2021 | |
| | IRPJ | CSLL | IRPJ | CSLL |
| Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL) | 162.247 | 162.247 | 162.523 | 162.523 |
| Alíquota fiscal | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Pela alíquota fiscal | 40.562 | 14.602 | 40.631 | 14.627 |
| Adições: | | | | |
| Contribuições e Patrocínios | 765 | 765 | 3.685 | 3.685 |
| Multas por infrações | 33 | 33 | - | - |
| Provisões p/ Contingências | 155 | 155 | 101 | 101 |
| Outras despesas não dedutíveis | 15.089 | 15.089 | 234 | 234 |
| | 16.042 | 16.042 | 4.020 | 4.020 |
| Exclusões: | | | | |
| Reversão das Provisões | - | - | 96 | 96 |
| Receita de Subvenção DNIT/SEP | 9.887 | 9.887 | 9.873 | 9.873 |
| | 9.887 | 9.887 | 9.969 | 9.969 |
| Lucro Real Base p/ IRPJ e CSLL | 168.402 | 168.402 | 156.574 | 156.574 |
| IRPJ e CSLL | 42.076 | 15.156 | 39.119 | 14.092 |
| Incentivo PAT | - | - | (629) | - |
| IRPJ e CSLL no resultado do exercício | 42.076 | 15.156 | 38.490 | 14.092 |
| Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL) | | | | |
| (+) IRPJ Subvenção Governamental | - | - | - | - |
| IRPJ e CSLL no resultado do exercício | 42.076 | 15.156 | 38.490 | 14.092 |
| Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido | 26% | 9% | 24% | 9% |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No quadro demonstrativo acumulado, em dezembro de 2022, as despesas com IRPJ e CSLL correntes, evidencia-se um acréscimo de 8,8% comparado ao mesmo período do ano anterior.

O Lucro Real apurado é o resultado fiscal dos períodos comparados, partindo do resultado contábil e considerando as adições, exclusões à base de cálculo conforme legislação tributária vigente.

10 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 235.366 (R\$ 190.233 em 31 de dezembro de 2021), compreendem os valores de equivalente caixa, depósitos líquidos e imediatamente resgatáveis. São aplicações em fundos de investimentos referenciados em CDI, com baixo risco e resgate imediato e em CDB referenciados em CDI, que são títulos privados e pós-fixados.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo referentes às atividades operacionais da Empresa.

11 Valores de terceiros

As aplicações de valores de terceiros, saldo em 31 de dezembro de 2022: R\$ 1.404 (R\$ 1.283 em 31 de dezembro de 2021) são valores referentes às garantias (caução) contratuais pagas tanto pelos prestadores de serviços contratadas pela EMAP, quanto pelos arrendatários de áreas na poligonal do Porto do Itaqui, cujos valores recebidos são depositados em conta bancária – poupança em nome da EMAP. Estes valores são atualizados, mensalmente, pelo índice da poupança. Ao término dos contratos os mesmos serão devolvidos para os titulares da garantia devidamente atualizados pelo índice da poupança nos termos da Lei 13.303/2016 Art. 70 e parágrafos do § 1º ao 4º.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12 Contas a receber de clientes

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|------------------|---------------|----------------|---------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Cientes. | 20.561 | 4.414 | 13.411 | 4.601 |
| PECLD (*) | (9) | (4.414) | (4) | (4.385) |
| Total | 20.552 | - | 13.407 | 217 |

(*) Perdas Estimadas com crédito de liquidação duvidosa

13 Impostos e Contribuições a Recuperar

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Ativo Circulante | 2.972 | 972 |
| ISS | 3 | 2 |
| IRRF | 2.969 | 970 |
| Ativo Não-circulante | 13.576 | 13.576 |
| IRPJ | 11.554 | 11.554 |
| CSLL | 2.022 | 2.022 |
| Total | 16.548 | 14.548 |

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de IRPJ e CSLL não possuem previsão para recebimento dentro do exercício financeiro corrente, os saldos foram apresentados no ativo não circulante.

14 Direitos de Outorga/Outorgas a Apropriar

Referem-se ao direito de outorga do arrendamento de novas áreas (terminais), conforme processo de leilão promovido pela ANTAQ ocorrido no mês de abril/21, resultando no montante contratado de R\$ 216.300 conforme segue:

| TERMINAL | CLIENTE | CONTRATO Nº | VALOR |
|----------|----------------------------------|-------------|-------------------|
| IQI03 | SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. | 007/2021 | 61.300,00 |
| IQI11 | SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. | 008/2021 | 56.000,00 |
| IQI12 | SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. | 005/2021 | 40.000,00 |
| IQI13 | ULTRACARGO LOGÍSTICA S.A. | 006/2021 | 59.000,00 |
| | TOTAL | | 216.300,00 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

No decorrer de julho de 2021, a EMAP recebeu dos clientes Santos Brasil Participações S.A. e Ultracargo Logística S.A., o valor de R\$ 54.075 correspondente a 25% do valor da Outorga ofertada em leilão, restando o saldo de R\$ 162.225 correspondente a 75% do valor total (R\$ 216.300) a ser pago anualmente nos exercícios de 2023 a 2027 em montantes totais de R\$ 32.445 conforme especificações contratualmente estabelecidas.

| Recebimento ao longo dos anos | | | | | |
|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 2021 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| 25% | Ano 1 | Ano 2 | Ano 3 | Ano 4 | Ano 5 |
| 15.325,00 | 9.195,00 | 9.195,00 | 9.195,00 | 9.195,00 | 9.195,00 |
| 14.000,00 | 8.400,00 | 8.400,00 | 8.400,00 | 8.400,00 | 8.400,00 |
| 10.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 6.000,00 |
| 14.750,00 | 8.850,00 | 8.850,00 | 8.850,00 | 8.850,00 | 8.850,00 |
| 54.075,00 | 32.445,00 | 32.445,00 | 32.445,00 | 32.445,00 | 32.445,00 |

O saldo remanescente de R\$ 162.225 foi classificado no ativo circulante e não circulante com o título “Direitos de Outorga” e no passivo circulante e não circulante com o título “Outorgas a Apropriar”, dividido o montante das parcelas a receber desses clientes em R\$ 32.445 no ativo e passivo circulante correspondente ao exercício de 2023 e o montante de R\$ 129.780 no ativo e passivo não circulante correspondente as parcelas a receber nos exercícios de 2024 até 2027 a serem reajustadas anualmente pela variação do IPCA. Esse prazo está de acordo com o prazo estabelecido na Subcláusula 9.2.1 dos referidos contratos que trata da data da assunção.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15 Depósitos Judiciais

Em conformidade com as normas contábeis vigentes, tendo em vista que os valores de depósitos judiciais não possuem previsão para recebimento dentro do exercício social corrente, em 31 de dezembro de 2022, os saldos no valor de R\$ 4.642 (R\$ 5.514 em 31 de dezembro de 2021) foram apresentados no ativo não circulante.

16 Bens de Terceiros – Bens da União

O conjunto dos bens, demonstrados nos quadros abaixo, evidenciam o saldo dos bens de terceiros – bens da União que foram adquiridos na vigência do Convênio de Delegação n.º 016/2000 com vigência de 25 (vinte e cinco) anos e com previsão de renovação por igual período.

Os bens demonstrados nesse grupo obedecem às regras estabelecidas na Resolução Normativa nº 43 de 31 de março de 2021 – que estabelece critérios e procedimentos para a reversibilidade de bens nos portos organizados, bem como a incorporação e da desincorporação de bens da União nos portos organizados, conforme determinação da ANTAQ.

Seguem, no quadro abaixo, as movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores são apresentados líquidos de depreciação, quando aplicável.

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|------------------|----------------|
| Bens imóveis | 593.376 | 564.933 |
| Bens móveis | 11.677 | 11.287 |
| Bens móveis convênio | 253 | 253 |
| Bens em montagem | 13.734 | 11.503 |
| Obras em andamento | 408.403 | 357.744 |
| Mutações em Bens de Terceiros - Bens da União | 1.027.443 | 945.720 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Mutações em Bens de Terceiros - Bens da União

| | 31/12/2021 | Adições | Depreciação | Baixas | Transferências | 31/12/2022 |
|--------------------------------|----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|------------------|
| Bens imóveis | 564.933 | 41.267 | (12.824) | - | - | 593.376 |
| Benfeitorias em imóveis | 269.842 | 41.267 | (12.824) | - | - | 298.285 |
| Terrenos | 295.091 | - | - | - | - | 295.091 |
| Bens móveis | 11.287 | 3.328 | 4.053 | (6.992) | - | 11.677 |
| Móveis e utensílios | 1.133 | 95 | 574 | (852) | 7 | 957 |
| Equipamentos de informática | 1.894 | 756 | 388 | (1.164) | 1 | 1.875 |
| Máquinas e equipamentos | 5.487 | 185 | (377) | (1.166) | (8) | 4.121 |
| Veículos | 33 | 2.292 | 25 | (35) | - | 2.315 |
| Defensas marítimas e cabeços | 2.740 | - | 3.444 | (3.775) | - | 2.408 |
| Bens móveis - Convênio | 253 | - | - | - | - | 253 |
| Subtotal (I) | 576.473 | 44.595 | (8.771) | (6.992) | - | 605.306 |
| Obras em andamento(*) | | | | | | |
| Recursos próprios | 267.605 | 93.807 | - | - | (41.267) | 320.145 |
| Recursos de terceiros | 90.140 | - | - | - | (1.882) | 88.258 |
| Subtotal (II) | 357.744 | 93.807 | - | - | (43.149) | 408.403 |
| Bens Móveis em Montagem | | | | | | |
| Bens em montagem | 11.503 | 2.232 | - | (1) | - | 13.734 |
| Subtotal (III) | 11.503 | 2.232 | - | (1) | - | 13.734 |
| Total Geral (I+II+III) | 945.720 | 140.635 | (8.771) | (6.993) | (43.149) | 1.027.443 |

17 Intangível

| | 31/12/2021 | Adições | Amortização | 31/12/2022 |
|-----------------------------|---------------|------------|--------------|---------------|
| Softwares e Direitos | 25.620 | 524 | - | 26.144 |
| (-) Amortizações Acumuladas | - | - | (590) | (590) |
| Total | 25.620 | 524 | (590) | 25.555 |

18 Fornecedores

No quadro abaixo, evidenciam-se os valores mais representativos quanto ao valor total a pagar de fornecedores.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

| Fornecedores | 31/12/2022 | % | 31/12/2021 | % |
|---|---------------|-------------|---------------|-------------|
| Edro Engenharia Ltda | 2.918 | 22,5% | 0 | 0,0% |
| Triel - HT Industrial e Participações S/A | 2.292 | 17,7% | 0 | 0,0% |
| Outros | 2.126 | 16,4% | 3.517 | 27,2% |
| Ancora Manutenção e Serviços LTDA-ME | 1.152 | 8,9% | 0 | 0,0% |
| GPS Engenharia e Consultoria | 1.087 | 8,4% | 4.890 | 37,8% |
| Nano Automation do Brasil Ltda | 640 | 4,9% | - | 0,0% |
| Maxtec Serviços Gerais e Man. Industrial | 605 | 4,7% | 1.383 | 10,7% |
| Habili Engenharia e Construção Ltda | 582 | 4,5% | - | 0,0% |
| Santa Cruz Engenharia Ltda | 559 | 4,3% | - | 0,0% |
| Fundação Sousândrade de Apoio | 550 | 4,2% | 716 | 5,5% |
| Agasus S.A. | 447 | 3,5% | - | 0,0% |
| Edeconsil Construções e Locações Ltda | - | 0,0% | 1.905 | 14,7% |
| Leiaute Comunicação e Propaganda Ltda | - | 0,0% | 530 | 4,1% |
| Total | 12.958 | 100% | 12.941 | 100% |

19 Impostos e contribuições a recolher

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--------|--------------|--------------|
| ISS | 1.285 | 1.144 |
| INSS. | 1.725 | 1.522 |
| FGTS | 446 | 245 |
| PIS | 440 | 210 |
| COFINS | 2.057 | 980 |
| IRRF | 1.448 | 625 |
| Outros | 437 | 236 |
| | 7.838 | 4.962 |

20 Provisão para contingências

A EMAP possui demandas judiciais, que são analisadas e avaliadas pelo setor jurídico da Empresa quanto à necessidade ou não de proceder com a provisão de valores para os processos classificados com grau de risco de perda como “PROVÁVEL”.

Os processos relativos a tributos são todos na esfera administrativa, e são originários dos fiscos Federal e Municipal, que são acompanhados mensalmente, garantindo assim, o cumprimento dos prazos para impugnação e envio de documentação solicitada obedecendo os prazos legais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Houve variação de 1,4% nas despesas com demandas judiciais no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na comparação com o saldo apresentando em 31 de dezembro de 2021. As demandas trabalhistas incluem como principais alegações a supressão de pagamento de verbas trabalhistas e rescisórias de trabalhadores contratados por empresas terceirizadas prestadoras de serviço para EMAP.

A Empresa tem empreendido amplos esforços para a solução dos processos existentes e, principalmente, a avaliação das causas raiz para aperfeiçoar a gestão, ajustar procedimentos e mitigar a probabilidade de novas ocorrências. No quadro abaixo, está demonstrado os saldo provisionados:

Demandas Judiciais cíveis, trabalhistas e tributárias

| Descrição | Valor provisionado | |
|--|--------------------|------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Demandas Judiciais Cíveis | 381 | 309 |
| Demandas Judiciais Trabalhistas | 264 | 328 |
| TOTAL | 646 | 637 |

21 Arrendamento Tegram a Apropriar

A Empresa mantém contratos de arrendamento de área para operação (inclusive a construção) do Terminal de Grãos do Maranhão-TEGRAM com as empresas Terminal Corredor Norte S.A, Amaggi & LDC Terminais Portuários S/A cuja razão social mudou para Amaggi Louis Dreyfus Zen-Noh Terminais Portuários S.A., Glencore Serviços e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda., cuja razão social mudou para Viterro Logística e Terminais Portuários S.A e CGG Trading S.A. que cedeu seus direitos e obrigações à Corredor Logística e Infraestrutura S.A. por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 010/2012/01, passando assim a ser a titular do referido contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A remuneração dos contratos de arrendamento é composta por outorga fixa e outorga variável, pagas mensalmente. Na data da assinatura dos contratos, foram pagos à vista os valores denominados a: 1) Oportunidade de Negócio no valor de R\$ 144.015 e 2) Down Payments no valor de R\$ 7.680.

Estes valores foram reconhecidos como receita diferida e são apropriados ao resultado mensalmente, com período de fruição igual à vigência dos contratos de arrendamento. O quadro abaixo demonstra a posição do arrendamento Tegram a Apropriar.

| | 31/12/2022 | | 31/12/2021 | |
|--------------------------|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante |
| Oportunidade de negócios | 5.773 | 75.550 | 5.773 | 81.322 |
| Downpayment | 308 | 4.011 | 308 | 4.320 |
| Total | 6.081 | 79.561 | 6.081 | 85.642 |

22 Outras Contas a Pagar

No grupo outras contas a pagar, no passivo apresentado em 31 de dezembro de 2022, do total de R\$ 7.289 (R\$ 10.347 em 31 de dezembro de 2021) temos como valores mais relevantes R\$ 1.558 concernentes a cauções depositados por prestadores de serviços e arrendatários (vide nota 11) que são controlados por contratos individualmente, e R\$ 4.423 relativo a despesas provisionadas decorrentes de exercícios anteriores e do exercício corrente que serão baixadas conforme realização dos pagamentos mediante conclusão das análises processuais e R\$ 1.308 de outros valores a devolver.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***23 Convênios a Comprovar**

A Empresa recebeu investimentos através de convênios celebrados com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT e com a Secretária de Portos - SEP para aplicação na ampliação e melhorias da infraestrutura do Porto do Itaqui. Todos os projetos foram executados dentro do prazo de vigência dos convênios.

O valor de R\$ 304.210, apresentado em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 315.979 em 31 de dezembro de 2021), no Balanço (passivo não circulante) deve-se ao fato que as respectivas prestações de contas foram protocoladas juntos aos respectivos órgãos concedentes, mas ainda estão em fase de análise; ou aguardando emissão de documento de conclusão final. Abaixo, apresentamos os detalhes de cada convênio:

a. Convênio N.º SEP/001/2007-05

Objeto: Execução de dragagem de parte do canal de acesso e junto aos Berços 100 a 103 e dragagem e construção do aterro hidráulico da retroárea dos berços 100 e 101.

Prazo de vigência: 21/12/2007 a 01/01/2011.

Status: Prestação de contas enviada para SEP, e aguarda-se análise do DNIT, considerando que houve a transferência das atribuições da SEP para o DNIT conforme Lei n.º 13341/2016.

b. Termo de compromisso SEP/012/2011

Objeto: execução de obras civis de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui.

Prazo de vigência: 30/12/2011 a 28/02/2014.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Status: Para dar prosseguimento às rotinas de encerramento do convênio, foi devolvido em maio de 2014 o saldo em conta corrente no valor de R\$ 9.601. Prestação de contas final foi enviada para a Secretaria Especial de Portos – SEP e foi aprovada com ressalva de glosa de R\$ 1.882 conforme Ofício n.º 871/2018/SNP/MTPA de 05 de dezembro de 2018 e Parecer n.º 4/2018/SAEC-SNP/GABSNP/SNP de 29 de novembro de 2019.

c. Termo de Compromisso SEP/04/2014

Objeto: conclusão da obra civil de construção do Berço 108 (Terminal de Granéis Líquidos) no Porto do Itaqui.

Prazo de vigência: encerrou em 24/12/2017, conforme 4º Termo Aditivo de Prorrogação.

Status: Em dezembro de 2017 foram finalizados os repasses para este Termo, totalizando o valor de R\$ 31.390. Prestações de contas finais foram analisadas pela Secretaria Especial de Portos – SEP, e foram aprovadas conforme Ofício n.º 2/2019/SNP/MTPA de 08 de janeiro de 2019 e Parecer n.º 7/2018/SEAC-SNP/GABSNP/SNP de 03 de dezembro 2018.

Nota: Este Termo de Compromisso está correlacionado com o Termo de Compromisso SEP/012/201 citado no item “b” da nota n.º 23, que foi aprovado com ressalva de glosa de R\$ 1.882, que já foi paga ao DNIT em 22 de dezembro de 2022 com atualização monetária. Após conclusão do DNIT, os dois termos de Compromisso serão baixados em conjunto no momento da ativação do Bem do Ativo Imobilizado – Berço 108.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

*(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)***24 Patrimônio Líquido****Capital Social**

O capital social subscrito da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP é de R\$ 375.668 (Capital realizado R\$ 370.668; e Capital a integralizar R\$ 5.000) representado por 375.668.391 (trezentos e setenta e cinco milhões, seiscentas e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e uma) ações nominativas com valor unitário de R\$1,00 (um real), conforme Decreto nº. 36.331 de 11 de novembro de 2020, republicado em 31 de dezembro de 2020, tendo como único acionista o Governo do Estado do Maranhão.

Reservas e retenção de Lucros

- **Reserva legal**

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a Lei nº. 6.404/76 no Art. 193 e limitada a 20% do capital social.

A Empresa apresenta um saldo de reserva legal no montante de R\$ 32.730 em 31 de dezembro de 2022.

- **Reservas de incentivo fiscal**

O saldo da Reserva de incentivo fiscal é de R\$ 31.438 em 31 de dezembro de 2022, representado da seguinte forma:

| | |
|-----------------------------------|---------------|
| (+) Redução IRPJ - SUDENE | 8 |
| (+) Reserva de Subvenção DNIT/SEP | 21.543 |
| Saldo em 31/12/2021 | 21.551 |
| (+) Reserva de Subvenção DNIT/SEP | 9.887 |
| Saldo em 31/12/2022 | 31.438 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

• Reservas de lucros

O saldo da Reserva de lucros é de R\$ 314.350 em 31 de dezembro de 2022, representado da seguinte forma:

| | |
|----------------------------------|----------------|
| Saldo em 31/12/2021 | 224.474 |
| (+) Reserva de Lucros a Realizar | 89.876 |
| Saldo em 31/12/2022 | 314.350 |

25 Eventos Subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2022.

São Luís, 30 de maio de 2023

Eduardo de Carvalho Lago Filho
Presidente

Artur Thiago Leda Alves da Costa
Diretor de Administração e Finanças

Joabe Domingues Alves
Gerente de Finanças
EMAP/GEFIN

Jadson Mendes Miranda
Contador
CRC/MA 006540/0-1